



169ª Sessão Ordinária Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis

Informações Preliminares

24 de setembro de 2019

169ª Reunião do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis

Caráter Ordinário

Auditório Central da Secretaria Municipal de Saúde – SMS

Av. Prof. Henrique da Silva Fontes, 6.100, Trindade, Florianópolis, SC - 88036-700

Conselheiros Presentes Gestão 2018-2021

Governo Municipal

1. João Henrique de S. Q. Pereira, Secretaria Municipal de Infraestrutura;

Governo Estadual

2. Laureci Aniceto, Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina;
Liliane Aparecida de Oliveira, Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (Suplente);

Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde

3. Karin Gomes Paz, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional;
Marino Tessari, Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina (Suplente);
4. Deise Maria Pacheco Gomes, Conselho Regional de Nutricionistas 10ª Região (Suplente);
5. Donavan Bacilieri Soares, Sindicato dos Odontologistas no Estado de Santa Catarina;
6. Karine Arruda Flores, Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (Suplente);

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde do Serviço Público

7. João Paulo Silvano Silvestre, Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal de Santa Catarina;

Instituições Públicas ou Privadas de Ensino Superior com Sede em Florianópolis

8. Josimari Telino de Lacerda, Universidade Federal de Santa Catarina;

Entidades Populares

9. Irma Manuela Paso Martins, Instituto Arco-Íris;
10. Cecília Alves de Lima, Federação Catarinense de Mulheres (Suplente);
11. Inessa Solek Teixeira, Associação Nacional de Gerontologia de Santa Catarina (Suplente);
12. Roseane Lucia Panini, Associação de Moradores do Campeche;

Conselhos Distritais de Saúde

13. Carmen Mary de Souza Souto, Conselho Distrital de Saúde Centro;
14. Tania Maria Ramos, Conselho Distrital de Saúde Continente;
Hugo Belli, Conselho Distrital de Saúde Continente (Suplente);
15. Adélio José da Costa, Conselho Distrital de Saúde Norte;
16. Valter Euclides das Chagas, Conselho de Saúde Sul;

Entidades Sindicais e Associações de Trabalhadores

17. Sayonara Graczik, Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais (Suplente);
18. Sylvio da Costa Junior, Central Única dos Trabalhadores (Suplente);

Entidades Não Governamentais que Atuam no Atendimento a Pessoas com Patologias Crônicas e Pessoas com Deficiência

19. Scheila Rodrigues Silveira, Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina (Suplente);
20. Moacyr Tadeu de Menezes, Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS de Florianópolis;

Faltas justificadas

21. Presidente do Conselho Municipal de Saúde;
22. SMS – Secretaria Municipal de Saúde;
23. SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social;
24. ACMFC – Associação Catarinense de Medicina de Família e Comunidade;
25. SINDSAÚDE – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Florianópolis;
26. UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias;
27. UNEGRO – União de Negras e Negros pela Igualdade de Santa Catarina;
28. AFABB/SC – Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil;

Entidades Ausentes

Governo Municipal

29. Secretaria Municipal de Educação;

Entidades Prestadoras de Serviço em Saúde

30. Associação de Hospitais de Santa Catarina;
31. Sindicato de Laboratórios de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anátomo-Citopatologia de Santa Catarina;

Entidades Populares

32. Conselho Comunitário Loteamento Jardim Anchieta, Flor da Ilha e Jardim Germânica;

Participantes

1. Gersa Machado, Secretária Executiva do CMS;
2. Amanda Rafaella Athayde da Rosa, Estagiária, Secretária Executiva do CMS;
3. Janaina Gomes Vincki, Estagiária, Secretária Executiva do CMS;
4. Silvia Grando Águila, Secretária Executiva do CMS;
5. Karin Giovanella, Coordenadora CLS Costeira do Pirajubaé;
6. Marisa M. H. Garcia, Secretária Adjunta CLS Ingleses;
7. Jéssica Ribeiro, Associação Alegremente;
8. Rosângela Fedrigo, Usuária CLS Carianos;
9. Mary Helen M. Goulart, Usuária CLS Carianos;
10. Eveni Voss, Coordenadora CLS Vargem Pequena;
11. Maria Aparecida Pereira, Usuária CLS Saco dos Limões;
12. Maria Alice Martins Freire, Secretária CLS Saco dos Limões;
13. Isabella Camargo, CLS Campeche;
14. Adriana B. Friese, Coordenadora CLS Carianos;
15. Bruna Peixer, Residente;
16. Gabriela Gorelik Valente, Residente;
17. Vitória Davi Marzola, Coordenadora CLS Rio Vermelho;
18. Maria Eloni Bonotto;
19. Emiliette Neves da Silva, Coordenadora Adjunta CLS Rio Vermelho;
20. Maslova Ribeiro Maragno, Usuária CLS Rio Vermelho;

21. Ramiro Luiz Calza, Estudante;
22. Ana Beatriz Cardoso da Luz, Secretária Adjunta CDS Sul;
23. Bruna Palma Gama d'Eça, Enfermeira;
24. Adalgiza Biscaia dos Santos, Coordenadora CS Carianos;
25. Marcelo Pacheco de Freitas;
26. Luiza Chagas Pires, Dentista;
27. Evelyn Cremonese;
28. Roseli Eggert Nascimento;
29. Vilmar Ventura, Associação Alegrementemente;
30. Egon Budde, CLS Pantanal.

Desenvolvimento dos Trabalhos

Pauta

1. Aprovação da ata de nº 168;
2. Apresentação da Previsão de Obras para 2020;
3. Informes e entrega documentos Conselhos Distritais;
4. Apresentação da 1ª parte da Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2019 – Parte Execução Orçamentária e Financeira;
5. Apresentação parte do Plano Municipal de Educação Permanente – Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de saúde – PRO EPS-SUS;
6. Informe sobre Situação do Sarampo;
7. Informes Gerais;
8. Sugestões de Pontos de Pauta para a próxima Sessão Plenária de nº. 169, em 24 de Setembro de 2019.

Para iniciar a reunião a secretária executiva Gerusa Machado dá as boas vindas aos e as presentes, informando que a plenária será presidida pelo conselheiro Donavan Bacilieri Soares, 2º Secretário da Mesa Diretora CMS, devido às ausências justificadas do Presidente Dr. Carlos Alberto da Silva, do Vice Presidente Marcos César Pinar e da 1ª Secretária Janaina Deitos.

1º Ponto de Pauta | [Aprovação da Ata de nº 168](#)

1.1. Donavan Bacilieri Soares

Coloca em aprovação a Ata N. 168 que é aprovada por unanimidade pelos conselheiros. Em seguida passa para o próximo ponto de pauta.

2º Ponto de Pauta | [Apresentação da Previsão de Obras para 2020](#)

2.1. Sandro José Andretti

Boa tarde a todos. Hoje vou fazer uma apresentação das obras que estão em andamento e das que vão ficar para 2020. Algumas obras nós não vamos conseguir concluir em 2020, então vamos estender para 2021.

Reforma e ampliação Centro de Zoonoses e DIBEA (Diretoria de Bem Estar Animal), no valor de R\$1.802.629,89. Queremos entregar uma parte em outubro e o restante em dezembro.

A reforma e ampliação da UPA Norte é uma obra grande onde vamos ampliar 292,42m² e vai custar R\$3.083.598,78. Já havíamos comentado aqui, pois fechamos a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), para tentar acelerar o processo, queremos entregar a primeira etapa agora final de dezembro.

2.2. Donavan Bacilieri Soares

O que seria a primeira etapa?

2.3. Sandro José Andretti – Secretário Adjunto da Saúde

A primeira etapa é a parte de baixo que é a da UPA e em cima é a Policlínica, então a parte de ampliação faz parte da UPA onde será a Farmácia de Referência. Então queremos entregar o primeiro andar até dezembro, a empreiteira está trabalhando sábado e domingo, vamos ver se conseguimos cumprir esse objetivo.

2.4. Josimari Telino de Lacerda

E a unidade de Canasvieiras foi para onde?

2.5. Sandro José Andretti

Ela foi para a Vargem Grande e Vargem Pequena.

A reforma da UPA SUL já começou, é uma obra de 188,19m² no valor de R\$3.348.750,21, está sendo uma obra mais tranquila porque começamos pelo lado de fora onde vamos ter a Farmácia de Referência também. Já quebramos toda a parte do terceiro andar e compramos telhas novas, porque tinha muita infiltração.

As obras que vamos executar em 2020:

Construção do Centro de Saúde (CS) do Alto Ribeirão é uma obra de R\$3.094.426,42 com área de 713m². Está na fase final da licitação e é uma obra de mais ou menos um ano.

Reforma e ampliação do Centro de Saúde Rio Vermelho é um bairro que está crescendo muito e precisamos ampliar, já é um CS grande e vamos ampliar mais 229,04m², será uma obra de R\$1.963.645,21 e também está em fase de licitação.

Queremos colocar um Centro de Saúde para o trabalhador que será no Centro e para quem não sabe é na Praça Pereira Oliveira é o antigo prédio da CASAN, é um prédio de quatro andares, já está desocupado e está em licitação. Queremos entregar a obra ano que vem para desocupar parte da Policlínica Centro, então tiramos parte do Centro de Saúde da Policlínica Centro e passamos para esse prédio e será uma obra de 1.560,00m².

Reforma e ampliação do CAPS Ponta do Coral já estamos fazendo alguns projetos, só que esse prédio que é aqui na Beira Mar é do Governo do Estado, então nós estamos aguardando a cessão do terreno e a aprovação do projeto arquitetônico. O Governador já liberou esses projetos na Assembleia Legislativa de SC, para ser aprovado e doado efetivamente para a Prefeitura. É uma obra grande e é um prédio que está bem deteriorado, uma obra de 749,25m². Esse prédio não é tombado, mas tem que ser restaurado. Pensamos em derrubar e fazer um projeto novo que ficasse mais barato, mas não vai ser possível.

Reforma para ampliação Farmácia Policlínica Centro, não sei se vocês sabem, mas nossa Farmácia da Universidade Federal, a Farmácia Escola nós queremos trazer para o centro da cidade, por que a Universidade está solicitando aquele prédio de volta e é um prédio pequeno também para o que é hoje nossa Farmácia de Referência. Nós queremos fazer na parte de baixo a Farmácia de Referência já está com o projeto pronto e queremos executar em janeiro de 2020.

Sobre o projeto de construção do CS do Capivari é uma obra de R\$3.825.324,10 e de 1.157,29m², o projeto já está pronto e está na Câmara de Vereadores para ser liberada aquela área, pois é uma AVL (Área Verde de Lazer) para passar para ACI (Área Comunitária Institucional) e aí podermos construir. É uma obra grande que vai durar mais de um ano,. Nossa intenção é liberar um pouco o CS Ingleses, por que ele está fazendo dez mil atendimentos por mês.

O CS Jurerê vai ser no mesmo molde do Alto Ribeirão, então sai mais barato para a Prefeitura, pois vamos usar a mesma planta para colocar no Jurerê. Estamos com algumas dificuldades, mas vai sair. Vai ser bem na entrada de Jurerê para atender o pessoal da Daniela e do Forte. A localização é bem estratégica naquela região.

CS do Saco dos Limões que está pequeno para a região e vamos ampliar mais 525,00m².

Reforma e ampliação do CS Agrônômica já começou a reforma ali, trocamos o telhado que estava com problema de infiltração, foi feito mais um consultório para atender melhor os nossos pacientes. Queremos fazer uma ampliação que ainda está em fase de estudo.

Reforma e ampliação do CS Itacorubi. Esse é um bairro que também cresceu muito. E por esse motivo vamos fazer uma ampliação. Já acertamos com a Secretária Maria Claudia da Secretaria de Assistência Social a cessão de metade da área do galpão que fica atrás de nossa unidade de saúde. Essa negociação já foi feita e metade dessa área que é da Secretaria de Assistência Social está sendo passada para nós, então vamos conseguir reformar e fazer a ampliação de 175,00m² e vai ficar com 655,63m². Esta será uma obra rápida.

Construção CS Costeira também é no mesmo molde do Alto Ribeirão, é uma obra de 713m² que vai custar R\$3.094.426,42.

Perguntas?

2.6. Donovan Bacilieri Soares

Não sei se todos sabem, mas sou cirurgião dentista da UPA e nessas reformas que a gente faz temos a tendência de não humanizar e de ver o prédio que vai ser quebrado, mas tem muitas pessoas que trabalham lá que foram todas deslocadas para o posto, é um esforço muito grande de não deixar o serviço parar. O meu pedido é que tivesse esse dialogo mais aberto, quando a gente for deslocar as equipes é importante lembrar que o trabalho é 24h, tem um momento às vezes de descanso que não está tendo mais, não temos nem banheiro funcionando em alguns momentos. Então a parte da UPA a principio parece que está indo rápido, só que perdemos o espaço que tínhamos para repouso e até mesmo para tomar banho, peço para que se mantenha um canal de dialogo aberto com as pessoas que estão trabalhando nessas áreas onde estão fazendo essas reformas.

2.7. Sandro José Andretti

A gente não pretendia fazer o prédio inteiro como estamos fazendo agora, mas a obra começou a tomar uma grande proporção e não tinha como vocês continuarem ali dentro. Sabemos que o CS Canasvieiras não tem esse conforto então pedimos desculpas, mas estamos tentando acabar o mais rápido possível.

2.8. Carmen Mary de Souza Souto

Gostaria de maiores informações em relação aos médicos, principalmente a questão da área 310 do Saco dos Limões que está um caos e outros CS estão passando por isso também. Como fica até sair a solução do concurso?

2.9. Sandro José Andretti

Só para vocês terem noção esse ano foi feito dois processos seletivos e praticamente proibiram de fazer outro processo seletivo, nós entramos em contato com o Prefeito para fazer um decreto de emergência. O concurso de São José saiu e sete médicos nossos foram embora, por que foram efetivados lá. O novo concurso vai ser agora dia 17 de novembro e o Prefeito vai decretar situação de emergência na saúde para realizar um processo seletivo simplificado com o intuito de contatar médicos. Temos outro problema que o processo seletivo é pra um ano e queremos passar para seis meses, caso o concurso de algum problema a gente prorroga o seletivo para mais seis meses para que a gente não fique tão defasado como estamos agora. Ficamos muito tempo sem fazer concurso e realmente o Saco dos Limões está critico. Estamos tentando contratar o mais rápido possível e estamos trabalhando em cima do edital do processo seletivo.

2.10. Gerusa Machado

É um projeto emergencial que está saindo por decreto pela questão da defasagem de médicos.

2.11. Maria Eloni Bonotto

Sou do Conselho Local de Saúde do Jurerê e minha pergunta é sobre o nosso terreno para a construção do CS, o Sr. falou que já está decidido, é isso? O terreno ao lado do templo?

2.12. Sandro José Andretti

Isso, ao lado do templo!

2.13. Maria Eloni Bonotto

Na reunião que a gente teve com o Prefeito no dia 22 de agosto ficou de ver qual dos cinco terrenos que eles tinham que seria o mais viável. Então já está decidido?

2.14. Sandro José Andretti

Esses outros terrenos são inviáveis, então vai ser no terreno ao lado do templo. É um terreno grande e é da Prefeitura, então não tem discussão.

2.15. Sandro José Andretti

A Gerusa já anotou e vamos tomar providencia. Quando a gente for no terreno nós te ligamos, pois é bom ter alguém do Conselho Local de Saúde lá.

2.16. Jéssica Ribeiro

Boa tarde. Represento a Associação Alegremente de Saúde Mental da Ponta do Coral. Sobre a reforma a informação que temos é de que o documento se encontra na Casa Civil do Governo do Estado e falta passar pela Assembleia Legislativa. Nós como usuários ficamos muito aflitos, nós estamos nessa luta para que saia rapidamente essa reforma.

“O documento se encontra na Casa Civil? Acharmos melhor é que vários usuários e trabalhadores da área de Saúde mental acompanhe o andamento desse documento junto aos Deputados, esclarecendo do que se trata, para que seja aprovado mais rapidamente para que possa sair a reforma”.

2.17. Sandro José Andretti

Qual é o documento que está na Casa Civil?

2.18. Gerusa Machado

Teve reunião da Comissão Intersetorial de Saúde Mental (CISM) do Conselho semana passada e falamos com o Secretário e perguntamos para ele como está a situação do documento enviado pela SMS solicitando a cessão do terreno ao Governo do Estado e a resposta dele é que estaria parado na Casa Civil, aguardando o deferimento para então ir para a ALESC para ser votado.

2.19. Sandro José Andretti

O Governo do Estado pediu para a SMS anexar outros documentos a solicitação do terreno que já estava lá e todos esses documentos já foram anexados e se encontram dentro do processo. Mas o que eu sei é que o projeto já está na Assembleia e isso foi falado com o pessoal do Governo do Estado.

2.20. Gerusa Machado

Aproveito para informar aqui que na reunião da Comissão de Saúde Mental do Conselho foi tirada linha de ação, quando o documento estiver na ALESC se escolha uma comissão para ir nos Deputados esclarecendo melhor este processo de cessão, para que eles tenham mais subsídios para votar. Então vamos acionar a comissão para começar a fazer as visitas aos Deputados.

2.21. Egon Budde

Meu nome é Egon, sou do CLS Pantanal. A primeira pergunta é em relação às transferências, algumas obras já estão no prazo de serem entregues e outras estão em projeto e tem alguma previsão de início e final de obra? Vai terminar nesse governo?

2.22. Sandro José Andretti

Um projeto não é só fazer um projeto ele tem que passar em todos os órgãos, é preciso pegar todas as autorizações para colocar o projeto licitatório na rua e isso demora um pouco. A intenção é começar todas as obras no ano que vem.

2.23. Egon Budde

Tenho mais uma pergunta, mas não sei se é o momento certo é em relação ao pessoal que trabalha na área de saúde. Morei durante muito tempo no Oeste de Santa Catarina e eu tinha muita reclamação no atendimento dos funcionários da saúde em relação à população e agora que moro há três anos em Florianópolis sempre elogio o atendimento aqui que é melhor em relação ao Oeste, mas esta desejando há melhorar um pouco. Lá os funcionários achavam muito que eles estavam a serviço do Governo, não, eu acho que estão a serviço da população. A população paga imposto e isso deve retornar em serviços. Semana passada teve um caso que minha esposa fez uma consulta e a médica encaminhou para a recepção para encaminhar um exame, quando ela chegou lá a moça da recepção falou que não sabia e perguntou se ela tinha algum bilhete e minha esposa disse que não, ou seja, ela teve que voltar na médica e para que tudo isso de novo? Depois a recepcionista perguntou se ela tinha algum documento e atendeu minha esposa com má vontade. Ocorreu na farmácia no mesmo dia que tinha apenas uma pessoa atendendo, a fila estava grande, mas só depois de um tempo apareceu outra pessoa para ajudar. Não sei se a pessoa que estava atendendo não tinha experiência ou se estava fazendo de conta que estava procurando medicamento.

Outra questão que quero colocar é que nas reuniões dos conselhos locais, particularmente do Pantanal que eu participo há dois anos e meio e quando nós estávamos brigando por um posto de saúde novo havia participação de médicos, dentistas, usuários que participavam porque queriam um CS novo e quando nós conseguimos parece que essas pessoas esqueceram e não participam mais das reuniões e alegam que não podem ficar depois das 18h porque eles têm família, mas nos usuários também temos nossas famílias e estamos lutando pelo SUS e inclusive pelo emprego dessas pessoas. Então gostaria que cada um se doasse um pouquinho mais como o usuário se doa. Fui professor estadual durante muitos anos e a gente às vezes também tinha que participar de reuniões no sábado, muitas vezes em domingos para a escola se manter em pé e o SUS é a mesma coisa, se você não lutar por ele, ele vai acabar.

2.24. Gerusa Machado

Estou conversando com o Secretário Sandro sobre a possibilidade de passarmos o ponto de pauta de Informes e entrega documentos Conselhos Distritais para este momento, aproveitando a presença dele na plenária. Como ele concordou, passaremos a este ponto de pauta.

3º Ponto de Pauta | Informes e entrega documentos Conselhos Distritais

3.1. Sandro José Andretti

Só respondendo o Sr. Egon Budde. O nosso projeto de saúde já é a maioria dos Centros de Saúde com horário ampliado das 7h às 19hs. Hoje temos 25 CS trabalhando 12h por dia e acredito que com o concurso vamos conseguir com que 35 CS fiquem abertos 12h por dia.

3.2. Mary Helen M. Goulart

Boa tarde a todos eu sou usuária da unidade do Carianos, ontem a tarde tive o prazer de ter uma reunião com o Secretário Sandro e aproveitando o gancho do meu colega a nossa questão também é sobre atendimento, inclusive hoje tivemos um episódio, uma paciente chegou para falar de uma receita que o sistema está muito burocrático e o atendimento não é feito com muita qualidade. Na minha opinião é uma questão da administração de Centro de Saúde. Então espero que com esse projeto da Prefeitura com relação ao WhatsApp a gente tenha mais agilidade e menos burocracias e mais qualidade no atendimento.

3.3. Sandro José Andretti

Irei responder a pergunta dela e a do Sr. Egon junto. Esses problemas de atendimento vocês precisam fazer ouvidoria, pois nosso setor de Ouvidoria funciona muito bem e a gente vai direto na pessoa que está atendendo. Em seguida a pessoa é chamada na Secretaria e descobrimos o porquê fizeram isso. Nós estamos aqui para atender todos muito bem. Somos pagos para isso então não tem desculpa. Se a pessoa não está fazendo o trabalho que foi contratado pare fazer, pede as contas e vai embora.

3.4. Marisa M. H. Garcia

Boa tarde a todos. Faço parte do CLS Ingleses, quero falar sobre a obra referente ao Capivari. A gente que foi atrás do terreno para conseguir há muitos anos. Então referente ao atendimento, posso dizer que as pessoas chegam a mim para perguntar sobre o atendimento do CS Ingleses que também não é bom. Acho que vocês podem fazer uma campanha "Sorrir é o melhor remédio", por que quando você vai a um local e a pessoa te recebe com um sorriso isso já melhora bastante. Estamos com um problema lá, pois tem medico de férias, alguns de licença, estamos com problemas de falta de enfermeiros e estamos com um problema com uma enfermeira especifica que todos achavam que ela era médica e não atende bem. Referente ao CS Capivari, fiquei sabendo que tem um papel parado, engavetaram ele e agora estão cobrando ele para sair esse CS. Essa obra é muito necessária para aliviar um pouco a sobrecarga do CS Ingleses.

3.5. Sandro José Andretti

A nossa Escola de Saúde está trabalhando capacitação para todos os funcionários do atendimento.

3.6. Isabella Camargo

Sou do CLS Campeche e quero alertar, sou nutricionista estudei quase 15 anos de nutrição nos Estados Unidos. Obviamente é um assunto que me interessa muito e falamos muito sobre a

necessidade de médicos e esquecemos do nutricionista. O Sr. Estava apresentando todas essas obras e investimentos para focar grande parte em diagnósticos e tratamentos de doenças, mas precisamos refletir um pouco sobre a prevenção. Nutrição é prevenção de doenças futuras, então se a gente a educar essas pessoas, como crianças e os pais sendo exemplo com certeza não teríamos a necessidade tão grande de ter mais médicos e mais Centros de Saúde.

3.7. Sandro José Andretti

Nossa Vigilância Sanitária fez um decreto normatizando toda alimentação da escola, isso já existe há muito tempo na rede pública, tanto que na nossa rede não existe cantina, se come a comida que a escola/creche oferece. Agora atacamos as escolas particulares com esse decreto, não se pode vender doce, fritura, refrigerante, etc. De imediato tentaram derrubar o decreto e colocamos isso que você falou. E deixo um convite para você visitar uma creche ou escola nossa.

3.8. Rosângela Fedrigo

Sou do CS Carianos e quero fazer uma pergunta. Posto aberto das 7h às 19hs. Nós temos hoje duas equipes lá com nosso médico entrando de licença e quem vai nos atender se meu médico não está lá, se o outro médico que atende outra região está com a lista de atendimento lotada, as enfermeiras não estão às 7h da manhã, o dentista não está às 7h da manhã. O que eu vou fazer no CS das 7h às 19h se ao meio dia param para o almoço, quando eu chego lá não tenho como entrar no CS por que não tem ninguém para me atender. A minha pergunta é para quem eu me reporto quando chego no CS se não tem ninguém?

3.9. Sandro José Andretti

Informa que já respondeu essa pergunta e diz que apenas um concurso resolve essa situação.

3.10. Ana Beatriz Cardoso da Luz – Coordenadora do Distrito Sul

Só para esclarecer que o CS Carianos ainda não está abrindo até as 19h justamente pela falta de profissional. Estamos trabalhando das 7h às 17h.

3.11. Tania Maria Ramos

Boa tarde sou Tania Ramos e sou coordenadora do CDS Continente. A questão da falta de médicos, é grave. Nós sabemos que vai abrir concurso público, mas até organizar toda a rede vai levar uns dois meses, nesse meio tempo o que da para fazer?

3.12. Sandro José Andretti

Processo seletivo, o Prefeito está decretando emergência. Tivemos dois processos seletivos esse ano e vamos fazer o terceiro e o pessoal do RH está trabalhando no edital para colocar esse processo na rua.

3.13. Tania Maria Ramos

Certo, cabe a nos cobrar isso do Prefeito. Seria importante que na próxima reunião a gente já tivesse essa posição para questão da saúde. Outra questão é que tenho algumas demandas do CS, está havendo muitos questionamentos quanto aos agentes de saúde, que nossos agentes de saúde estão tendo outras funções além daquelas que foram destinadas a eles, deixando a comunidade sem atendimento, sem visitas aos acamados. Gostaria de entender o que está acontecendo com nossos Agentes de Saúde.

3.14. Sandra

Boa tarde. Atualmente estou na Diretoria de Atenção a Saúde (DAS). Em relação aos Agentes Comunitários há uma proposta de mudança para todo processo de trabalho do Agente Comunitário. Uma dessas propostas é do atendimento deles na ilha, eles podem reconhecer aquele usuário que busca a unidade, então o atendimento de ilha é o acolhimento do usuário pelo profissional da sua equipe, e ele vai fazer agendamentos de 10, 15, 30 minutos de consulta conforme o caso. Tem o papel também de coordenação de cuidado e etc, então isso vai ser alternado. Estamos construindo isso, mas aquele papel do Agente Comunitário exclusivo não vai ter mais, ele vai ter papéis em algumas situações como: na busca de um usuário com tuberculose que parou tratamento, na busca daquela gestante que teve bebe de parto domiciliar, em outras ações que vamos descrevendo, mas ele não vai mais visitar todas as casas, realmente isso vai mudar. O trabalho dentro do CS não é um trabalho burocrático, é um trabalho onde alguém que justamente não é o auxiliar administrativo, que não é um

profissional de saúde e não tem condição de entender aquela necessidade é que vai atender essa pessoa. Hoje nas ilhas elas colocam as informações nos computadores, ele vai acionar e conversar com o médico ou com o enfermeiro, ele vai tentar resolver aquela situação, então esse é um processo que realmente muda. Inclusive discutimos isso na 10ª Conferência Municipal de Saúde e fizemos propostas.

3.15. Tania Ramos

Propôs que fosse feito um debate aberto a toda população referente as Organizações Sociais (O.S.), e expõe sua preocupação referente a isso. Também fez uma crítica sobre um convite que recebeu juntamente com o conselheiro Sulimar para participar da reunião da Plenária de Conselhos em Concórdia. Mas não viajaram devido a falta de verba da Secretaria de Saúde.

3.16. Gerusa Machado

Explicou que fizeram todo o empenho para que a viagem acontecesse, porém tivemos alguns obstáculos como a mudança de contrato de empresa de compra de passagens da PMF e principalmente o fato da impossibilidade de empenhar essa compra uma vez que o sistema de informação da PMF ainda não havia chegado no dia da compra. Essas questões burocráticas administrativas é que inviabilizaram a ida dos conselheiros a Concórdia. De qualquer forma agradecemos ao Sulimar e a Tania que se prontificaram a representar o CMS na Plenária de Conselhos.

Em relação a outras colocações feitas por conselheiros que falaram anteriormente sobre mau atendimento na rede, lembrou da importância de fazerem o registro na ouvidoria.

3.17. Laureci Aniceto

Comentou sobre a importância de as unidades ficarem abertas até às 19h, comentou também sobre a sua experiência profissional no Hospital Celso Ramos em que via a dificuldade dos usuários que poderiam ter seus problemas resolvidos no próprio município. Acredita ser hora de mudança e que é necessário otimizar as equipes.

3.18. Gerusa Machado

Da as boas vindas aos representantes da Secretaria de Estado da Saúde Laureci Aniceto e Liliane Aparecida de Oliveira.

3.19. Emiliette Neves da Silva

Comentou um pouco sobre a realidade do CS Rio Vermelho, que possui 6 equipes e que a população esta sempre aumentando. Para ela o Poder Publico não considera o numero de atendimento por áreas, e que o horário estendido provocou uma demanda grande que estava reprimida por varias razões, mas acredita que isso não resolve o problema. Informou também que estão debruçados em um estudo sobre a diferença dos atendimentos que cabem a UPA e aos Centros de Saúde, pois percebe uma dificuldade do usuário em diferenciar quando deve recorrer a estes espaços.

3.20. Sandra Regina Costa

Comentou estar contente que o CLS do Rio Vermelho tenha esse olhar, e informou que a gestão também esta preocupada com isso, tanto na construção da nova unidade, como olhando estes indicadores, pois o horário comercial não comporta o que a população precisa, e é pretensão dessa gestão que seja possível abrir os Centros de Saúde nos sábados pelo menos no período da manhã.

3.21. Gerusa Machado

Realizou a leitura de dois ofícios recebidos do CDS Norte, o ofício 05 que se trata dos medicamentos que foram transferidos para o CS Rio Vermelho, e está causando uma aglomeração de pessoas devido ao pouco espaço que a farmácia possui. E o ofício 03 do CLS Canasvieiras e Vargem do Bom Jesus, que registra a preocupação do funcionamento do CS Canasvieiras ter ido para outros locais para receber a UPA enquanto o prédio desta passa por reformas. Este ofício foi encaminhado também para o gabinete.

3.22. Adélio José da Costa

Comentou que na reunião do dia 12/09 do CDS Norte realizado no CS Ingleses foram apresentados 2 documentos, um deles sobre o CLS Canasvieiras em virtude da retirada das equipes do CS para outros locais próximos, e o outro do CLS Rio Vermelho que levanta

questões técnicas para colaborar nas práticas da Saúde para a população. Sugeriu que as pessoas lessem o documento, e informou que repassou o documento ao CMS e as autoridades pertinentes. Informou que o CLS Canasvieiras ainda não assimilou a forma que foi feita a retirada do CS do bairro, da noite para o dia, e solicitou que fosse disponibilizado a população um “folder” sobre o controle social e participação no SUS, para que eles possam se preparar e saber como agir nessas ocasiões, e não serem pegos de surpresa.

3.23. Valter Euclides Chagas

Discorreu que na reunião do CDS Sul, uma das preocupações é com relação ao sarampo. Segundo a Gerente da Vigilância Epidemiológica Ana Vidor, é preocupante a situação. Segundo ele falta a prefeitura fazer um trabalho na comunidade, nas escolas para alertar as pessoas. Sobre o assunto dos atendimentos, comentou que os agentes de saúde não estão conseguindo mais fazer visitas e estão trabalhando na parte administrativa, e espera que a gestão de agora consiga resolver este problema.

3.24. Gerusa Machado

Acrescentou que também estava nessa reunião, e que a preocupação da comunidade realmente é que fossem feitas ações para além dos muros dos CLS e CS, para que as pessoas pudessem se imunizar e conter esta epidemia. Informou também, que foi solicitado que usassem a rádio local e outros meios de comunicação para que pudessem ajudar neste sentido.

3.25. Carmen Mary Souto

Relatou que na última reunião do CDS Centro, levou dois técnicos para falar sobre a Dengue e sobre as questões das epidemias, principalmente o Sarampo. Foi um encontro muito esclarecedor com Ana Vidor (VE) e André Grippa (CCZ).

3.26. Hugo Belli

Relatou que na gestão anterior houve uma dificuldade muito grande principalmente no último ano, em que a saúde estava numa situação precária em todos os CS, e que a nova gestão iniciou muito bem, porém percebe que está se abrindo um buraco outra vez, pois a quantidade de profissionais, principalmente médicos que estão sendo exonerados está aumentando a cada dia. Considera necessário avaliar esta situação para que não aconteça o mesmo que ocorreu na gestão passada. Informou também sobre um gabinete de odontologia que está vazio no CS Balneário, sugere implantar na região continental um trabalho com residências.

3.27. Sandra Regina da Costa

Considerou importante a questão do CLS Balneário, e explicou que a necessidade de RH é permanente, e é um processo dinâmico que vai acontecendo assim como a saída de profissionais. Informou que tem um processo seletivo vigente para algumas categorias que podem ser chamadas, e um Concurso Público também, que vem para colocar servidores públicos efetivos na rede, e que a categoria médica especificamente é a mais deficitária. Para enfrentar essa situação tem um terceiro processo seletivo que esgota todas as vagas, e que mesmo com o concurso público estas vagas não dão conta. O que está sendo feito, é que o Prefeito está fazendo um decreto para fazer um processo seletivo emergencial e também está sendo assinado um pagamento de horas para médicos que querem fazer hora extra para cobrir unidade. Em relação ao que foi falado sobre as Residências, considerou muito importante pensar numa expansão, lembrando que é preciso fazer uma seleção de profissionais para atuar como preceptores, as que é uma reivindicação bem vinda para a diretoria, e afirma que o caso será avaliado com carinho.

3.28. Donovan Bacilieri Soares

Contribuiu sobre o debate em relação aos residentes e as cadeiras odontológicas paradas, informando que os residentes já atendem nos CS na parte de odontologia, e que de forma geral, aproximadamente 20 cadeiras estão paradas no município. Este concurso abriu 26 vagas para médicos e 3 para dentistas, relatou que questionou ao Secretário se havia intenção de chamar mais profissionais dessa área, ele informou que a princípio a prioridade é fazer a cobertura médica, e apenas depois a cobertura dos dentistas, mas que um aparelho parado, se tratando de custos, significa prejuízo, e não se limita em apenas um CS, isso ocorre em outros também.

3.29. Gerusa Machado

Informou que entrou um documento do CDS Sul solicitando alguma ação para suprir a defasagem de profissionais enquanto não ocupam as vagas do concurso. Lembrou também que no dia 27 as 13h no plenarinho da Câmara será discutida a Lei Orçamentária Anual (LOA), e convidou todos que puderem comparecer, e que no dia 10/10 e 14/11 terá a Formação dos Conselheiros de Saúde as 14h no auditório do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), no Centro. Em seguida passou a palavra para o Luciano.

3.30. Luciano Fernando Elias

Apresentou sobre a parte orçamentária e financeira da Prestação de Contas do 2º Quadrimestre 2019. Iniciou explicando o que é o orçamento, e como ele é estruturado. O Ministério de Saúde definiu os repasses financeiros para os Municípios e Estados em 5 Blocos. Na elaboração do orçamento de Florianópolis, verificou-se a necessidade de criar mais duas unidades que são a do Fundo Municipal de Saúde e a do Bloco de Recursos Transversais. Esta necessidade vem a partir de algumas despesas no Fundo Municipal de Saúde que não são consideradas ações de serviço público de saúde, basicamente as despesas do Bem Estar Animal, e quando são feitas as análises das despesas em saúde, esse tipo de despesas não são consideradas, e em relação a segunda unidade criada é devido a algumas despesas como por exemplo a aquisição do *soft ware*, que transpassa a classificação por Bloco. Em seguida expôs o que aconteceu no exercício passado, para entender do ponto de vista financeiro como começou esse exercício, ressaltando que a apresentação já foi feita no 1º Quadrimestre, mas que irá apresentar novamente devido a algumas alterações. Mostrou a relação das fontes de recursos, sendo as primeiras os recursos vindos do Ministério de Saúde para o Fundo Municipal, em seguida as transferências do Estado, recursos diretamente arrecadados, Ministério de Saúde (recursos quando se tem convenio diretamente com o Ministério da Saúde), e por fim as transferências mais preciosas que são os Recursos Próprios que são as transferências da Prefeitura para o Fundo Municipal de Saúde, são feitas a partir da arrecadação de impostos do município que são divididas entre as Secretarias. A segunda coluna é do saldo financeiro, a terceira os restos a pagar, e por fim o déficit ou superávit. A despesa quando é feita no meio do exercício é mais complicada, porque no fim do exercício já acabou e não tem o que discutir, mas no decorrer é diferente. Pela exigência da Lei Complementar 141, temos que apresentar o orçamento inicial e o atualizado, inicialmente ele estava em 353 milhões e atualmente está em 376 milhões e meio, aumentou devido ao que não foi usado em 2018 ter sido transferido para 2019. Como exigência ainda da lei, mostrou as despesas por fonte de recurso por cada um dos estágios. O que é pago já não se discute mais, o que é liquidado é obrigado a liquidar e o que é empenhado ainda é uma incógnita, obrigatoriamente o quantitativo das despesas empenhadas tem que ser maior do que as liquidadas e as liquidadas maior do que as pagas. Apresentou também um gráfico de pizza que demonstra as fontes de recursos separadas pelas despesas liquidadas, pois quando são feitas análises ao longo do exercício são utilizadas apenas as despesas liquidadas. 66% das despesas que foram liquidadas foram com a fonte de recurso própria, 19% com recurso do Ministério para a Média e Alta Complexidade, 9% com recurso do Ministério para a Atenção básica, 2% com recurso da Assistência Farmacêutica e as outras não apresentam um quantitativo expressivo, recursos diretamente arrecadados que são as taxas da Vigilância correspondendo a 1%, recursos do estado que não foi muito utilizado no valor de R\$31,08, e as outras fontes somadas correspondem a 2%. O recurso do Estado nesse ano veio com uma regularidade mais precisa, nos anteriores tinha muito atraso, por isso não eram empenhadas despesas com esse recurso sem a certeza se seria recebido ou não.

3.31. Hugo Belli

Questionou se existe alguma dívida do Estado com a Saúde. E se estão repondo os recursos passados.

3.32. Luciano Fernando Elias

Explicou que existe uma dívida de 2016 ou 2017 em torno de 6 meses de atraso, não apenas com o município de Florianópolis e a proposta do Estado seria de parcelar em mais de 100 vezes, que não foi aceito pelos Municípios, e por isso ainda é alvo de discussão. Em 2019 o Estado esta em regularidade. Pelo fato de existir essa dívida que não tem confiança no recurso passado pelo Estado. Em seguida apresentou um gráfico com os Blocos de Financiamento, explicando como foram pagas as despesas de cada área, 70% das despesas da Atenção Básica foram custeadas com recurso próprio, 27% com recurso do Ministério, e 3% com recurso do

Ministério para investimento. Na Média e Alta Complexidade 57% foi com recurso próprio, 43% com recurso do ministério. Na Vigilância em Saúde 80% foi com arrecadação de impostos e 10% com recurso diretamente arrecadado. Na parte da Assistência Farmacêutica, precisamos falar algo importante. Como o Recurso Próprio apresenta a maleabilidade que já falei pra vocês, na Assistência Farmacêutica nós identificamos todo o medicamento utilizado nas UPAS (Unidades de Pronto Atendimento) e nos Centros de Saúde (CS) e custeamos esses medicamentos, por exemplo, com o recurso da Média e Alta Complexidade, se for utilizado em uma UPA, e utiliza o recurso da Atenção Básica se for utilizado no CS. Então a nossa contrapartida não se dá com o Recurso Próprio, a gente utiliza o recurso do Ministério para pagar a nossa parte do medicamento e executando dessa forma, “nós economizamos” o Recurso Próprio para utilizá-lo em outras despesas, sem essa vinculação específica do recurso do Ministério. Então 49% do recurso gasto na Assistência Farmacêutica é com o recurso da Média Complexidade, essa é a nossa contrapartida, e 51% do Recurso do Ministério advindo especificamente pra Assistência Farmacêutica. No 3º Quadrimestre vamos ter uma fatia mais expressiva, que é o recurso do Estado, que estamos segurando, que está aproximadamente 3 milhões, então a próxima solicitação de medicamentos será custeado integralmente com o recurso do Estado, deixando as três fatias com o valor mais aproximado. Na Prestação de Contas final do ano que é a do 3º Quadrimestre podemos observar que as fatias ficam próximas uma da outra, e vemos que as três esferas alocam recurso como tem que ser feito. Na Gestão e Estruturação do SUS, temos pouca arrecadação, não é prerrogativa da União custear tanto a Gestão, com 94% de Recurso próprio, 5% com recursos de investimento e 1% do recurso do Ministério. No Bloco de Recursos Transversais não poderia ser diferente, então 100% de recursos de impostos do Município. Foi feita uma solicitação pela CAOF (Comissão de Orçamentos e Finanças do Conselho Municipal de Saúde), porque essa prestação de contas primeiro é apresentada para a Comissão esses conselheiros encaminham um parecer para a Câmara Técnica, a apresentação é refeita e a Câmara Técnica encaminhando mais um parecer para essa apresentação da Plenária. Foi solicitado então pela CAOF que nós demonstrássemos como está ocorrendo às transferências, mês a mês da Secretaria da Fazenda para o Fundo Municipal de Saúde. Nós temos um orçamento bem definido desde a LDO (Leis de Diretrizes Orçamentárias) depois esse orçamento foi verificado na LOA (Lei Orçamentária Anual) e consequentemente passou a ser o orçamento vigente para 2019. Na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2019 constava o valor de recursos próprios de 230.782,00 Reais, ou seja, a Prefeitura estipulou uma meta de repassar para o Fundo Municipal de Saúde 231 milhões de reais. Como está sendo feito esse repasse da Secretaria da Fazenda/Prefeitura para o Fundo Municipal de Saúde, esse repasse é mês a mês, e hoje ele está vinculado ao pagamento da folha dos servidores, a folha dos servidores no Mês de Janeiro não ocorreu, ela só ocorreu no segundo dia útil de Fevereiro, sendo assim a Secretaria da Fazenda praticamente não fez o repasse no mês de Janeiro, repassou apenas 1 milhão de reais. A primeira coluna são os repasses feitos Mês a Mês, a terceira coluna seria numa visão “utópica” como os repasses se dariam se fossem lineares/os mesmo mês a mês, teríamos a média de 18.462,000 Reais por mês, assim vinculado com o repasse da Folha de pagamento teríamos 13 repasses, incluindo o décimo terceiro, o décimo terceiro normalmente é executado com valor da metade da folha. A quarta coluna seria uma diferença entre os dois, ou seja, o que eles repassaram menos o que deveriam, então se ficou negativo, é o que faltou para chegar naquele valor de 18 milhões e o que aparece positivo é o que eles passaram a mais do valor previsto na linearidade. No mês de Janeiro praticamente não houve repasse, então ficou um déficit de 17 milhões, no mês de Fevereiro teve um repasse maior previsto na linearidade de aproximadamente 4 milhões no mês de Março deu uma caída com 10 milhões deficitário, no mês de Abril nós tivemos 2 folhas de pagamento sendo executada referente ao mês de Março sendo executada no segundo dia útil de Abril, e no penúltimo dia de Abril a folha do próprio mês de Abril, por isso um repasse muito maior 31 milhões aproximadamente e assim por diante, somando todos esses meses até o momento do fechamento da Prestação de contas que foi dia 31 de Agosto, nós ainda temos para receber 16 milhões da Fazenda para ficar linear. A CAOF também solicitou que identificássemos quantos em porcentagem correspondia a arrecadação, então verificar quanto foi arrecadado no mês, quanto foi repassado para a Saúde e desse valor repassado quanto % é da arrecadação. No mês de Janeiro a Prefeitura arrecadou R\$251 milhões e repassou 0,44% do que arrecadou. No mês de Fevereiro arrecadou R\$103 milhões e repassou 22%. E assim por diante (ANEXO), então nós temos uma variação grande, mas ainda sim uma média acima dos 13% do solicitado pelo Conselho à Secretaria da Fazenda, então por mais que não esteja sendo repassado linearmente 13% mês a mês, mas a média está maior, quase 15%. A arrecadação da Prefeitura

de Impostos até 31 de Agosto de 2019 foi de R\$880milhões de Reais. Foi apresentado também para a CAOF um percentual em saúde que foi retirado dessa apresentação, porque a reunião da CAOF foi executada dois dias depois do Fundo Municipal de Saúde fechar suas contas, então a nossa contabilidade tem uma data retroativa, quando a gente faz a Prestação de Contas nós pedimos um prazo maior do Conselho para a contabilidade fechar as receitas e despesas e um tempo hábil para executar essa apresentação. Tudo que foi apresentado aqui e na CAOF não se pode mais mudar, quando foi apresentado na CAOF ainda não se tinha sido fechado os dados da Prefeitura, naquele momento o percentual aplicado em saúde estava 14,93%, hoje com as mudanças feitas nas contas da Prefeitura estamos aproximadamente em 16%, não trouxe nessa apresentação porque ainda não é um dado fechado é necessário mais tempo para levantar toda aquela receita de 2018. E assim fechamos a parte orçamentária financeira da Prestação de contas. Podemos abrir para os questionamentos.

3.33. Donavan Bacilieri Soares

Na parte da Média e Alta complexidade, quando conversamos sobre a UPA e vemos informações que saem na mídia dizendo que os custos dela saem diretamente dos cofres municipais com um valor extremamente alto. Então eu gostaria de colocar aqui que foi apresentado o valor das UPAS de aproximadamente R\$1.500,000 sendo que estamos vendo nesse gráfico que tem uma contrapartida da União e esse valor o Município não consegue usar em outras coisas, o valor só vem direcionado para a UPA (Média e Alta complexidade) e o recurso próprio tem essa flexibilidade de serem usados de outras formas. Então seria por volta de 600 Mil Reais que é um custo extremamente aceitável até pelo o que já foi apresentado para nós em relação aos custos das UPA's, e isso é muito importante que a gente saiba o que sai do Município e o que vem da União, também com a contrapartida do estado. Então a minha pergunta é: Está faltando dinheiro na Saúde de Florianópolis para tudo o que é necessário? Ou está sobrando?

3.34. Luciano Fernando Elias

É uma pergunta difícil, porém necessária. Temos recurso suficiente para manter o que a gente tem, para ter novos investimentos, temos um aporte financeiro considerável desde 2018/2019 das Emendas Parlamentares, então estamos tendo investimento, como a seqüência de obras que o Sandro apresentou principalmente por esse recurso das Emendas Parlamentares, no momento toda a diferença, a Execução da Receita na Prestação de Contas de 2017 o que o Ministério repassa para o município ao longo desses últimos anos é praticamente igual, mas nós temos uma alteração considerável nas nossas despesas. Então onde se concentra essas novas despesas são no recurso próprio, toda a despesa nova é custeada com o recurso próprio. No momento não estamos com dívidas nenhuma, partindo desse ponto não está faltando dinheiro, mas como já foi dito há uma necessidade de novas contratações se nós fossemos contratar todos esses médicos não teríamos recurso para pagar. Então precisamos de um aporte maior da Secretaria da Fazenda para essas novas despesas.

3.35. João Henrique

Na questão da dívida com a previdência eu entendo que o parcelamento ainda assim é uma dívida que a Secretaria tem e algum momento ela será cobrada. A pergunta é quantos milhões são revertidos para a folha de pagamento

3.36. Luciano Fernando Elias

Ainda não recebemos o valor do Ministério para a UPA Continente, só a partir do credenciamento. A dívida da previdência ela sai porque as despesas são só vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde, quando ela migra e é paga como dívida essa despesa está sendo paga pela Secretaria da Fazenda, então retiramos ela do "restos a pagar" do Fundo de Saúde. A nossa folha corresponde a aproximadamente 66% das despesas do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$18milhões é um pouco maior do que a folha bruta, porém em torno de R\$6milhões são de encargos, então a folha líquida fica em torno de R\$12milhões, se observarmos a Prestação de Contas de 2018 os valores repassados era muito próximo disso, como nosso recurso próprio é muito precioso a "jogadinha" também é feita na folha de pagamento, nós identificamos todos os servidores que estão na Atenção Básica, parte desses servidores nós pagamos com o recurso que vem do Ministério para a Atenção Básica sobrando assim um pouco de recurso próprio que é mais maleável para outras despesas, isso foi identificado pela Secretaria da Fazenda e colocaram que se a Secretaria consegue pagar com o recurso vinculado não vamos repassar.

3.37. Roseane Panini

O Programa Farmácia Popular porque o governo da o direito aos usuários de pegar alguns remédios de graça nas farmácias específicas seria possível comprar os remédios que estão faltando nos Centros de Saúde ao invés de já comprarem esses que são distribuídos gratuitamente. O Programa Saúde na Hora já está incluso nesse custo?

3.38. Sandra

Pegaremos sua pergunta para enviar para a Assistência Farmacêutica.

3.39. Luciano Fernando Elias

O programa já foi publicado na Portaria, mas ainda não tem repasse do Ministério.

3.40. Egon Budde

Qual o valor por lei deve ser aplicado na saúde? E qual o valor cotado que passou por Lei na Câmara? Está sendo repassada uma notícia que haverá um corte expressivo no SUS, gostaria de saber o que afetará o usuário? E quando vai acontecer?

3.41. Luciano Fernando Elias

Foi repassado pra nós 14,93% daquilo que foi arrecadado, o cálculo de aplicação em saúde vai levar em consideração todo o recurso que se tinha ano passado, e vai levar em consideração tudo que foi empenhado, ou seja, eu solicitei ao fornecedor desde que eu tenha recurso financeiro para pagar. Atualmente, a aplicação deve ficar mais ou menos 16%, em valores R\$230 milhões de Reais que corresponde a 19% para 2019 a meta é aplicar 19%, pro exercício 2020 já encaminhamos a LOA que foi a mesma da LDO que continua com 19%, quando nós elaboramos a nossa proposta de LDO, chegamos com a proposta de 23%, isso conflita com o que foi apresentado pela Secretaria da Fazenda, todas as Secretarias que tiveram um valor conflitante foi encaminhado para o Gabinete do Prefeito e o mesmo está analisando se vai ou não atender as demandas dessas secretarias.

3.42. Sandra

Sobre a redução do repasse, na semana passada o Governo Federal anunciou um corte de verbas para a Saúde para o estado e é equivalente a 45% no estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul tem um percentual menor de corte assim como Paraná. O que foi alegado para esses corte é que as metas não foram alcançadas. O corte realmente foi anunciado é uma situação que os estados vão vivenciar, os deputados federais estão se movimentando em função disso, porque vai ser bastante difícil para Santa Catarina.

3.43. Karine Arruda

Minha fala é uma colocação e vai de encontro com o que o Donavon falou. Se falta dinheiro para a saúde, se a equipe técnica sugeriu uma aplicação em saúde de 23% e ficou pactuada em 19%, os 4% já estão faltando, e esse é um valor geral mesmo dentro da CAOF.

3.44. Hugo Belli

A minha pergunta é em torno da UPA Continente que é terceirizada, temos uma folha de pagamento para a UPA e uma folha de pagamento para os terceirizados dentro da Secretaria de Saúde, qual o percentual disso em relação à folha de pagamento?

3.45. Luciano Fernando Elias

Nós não pagamos especificamente para a OS (Organização Social) nós pagamos para a folha como um todo, a grande diferença do ponto de vista contábil é a contratação do servidor, no caso da OS nós entramos em uma rubrica que não é considerado em folha de pessoal e isso é uma polêmica, o próprio Tribunal de Contas uma hora da um parecer outra hora outro, mas no momento não é considerado folha de pessoal, então eu da parte orçamentária não visualizo o custo que a OS tem com a folha de pagamento.

3.46. Sandra

No termo de referência de contratação da OS tem um percentual de quanto deve ser gasto com pessoal, como medicamentos, tetos de salário de coordenadores, o que seria interessante

é vir um fiscal de contratos que venha explicar esse contrato para que vocês possam entender melhor.

3.47. Adriana

Com relação a essa realidade que vai mudar em relação as novas contratações, como isso vai aparecer no orçamento? Se está previsto o aumento da folha ?

3.48. Luciano Fernando Elias

Sim, isso foi apresentado na nossa proposta de LDO, em março eu apresentei para o Conselho uma lista daquelas despesas porque chegávamos a 23%, dentro dessa lista está a reposição do pessoal da Atenção Básica e Média e Alta complexidade, os investimentos das construções, estava ainda naquela época as despesas referentes a UPA Continente e a redução das filas. Essas contratações elas interferem inclusive na arrecadação que vem do Ministério, porque quando olhamos a arrecadação da Atenção Básica nós temos uma redução, o que arrecadamos esse ano é um pouco menor do que estávamos arrecadando no início de 2018, exatamente pela redução da carga horária dos médicos e saída dos médicos que interfere nos valores a serem repassados. Repondo o pessoal voltamos a ter uma arrecadação maior, porém essa a arrecadação não supri as todas as despesas, precisamos do aporte do recurso próprio, por necessitar desse recurso é que chegamos a 23%.

3.49. Gerusa

Um esclarecimento, você viram aqui na Pauta que essa foi a primeira parte da Prestação de Contas do 2º Quadrimestre, ainda falta segunda parte que é do Planejamento e indicadores e a auditoria, porém houve um problema e a segunda parte será apresentada na próxima Plenária, e então faremos a votação sobre o documento.

4º Ponto de Pauta | **Apresentação parte do Plano Municipal de Educação Permanente – Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de saúde – PRO EPS-SUS;**

4.1. Evelyn Cremonese

Hoje iremos apresentar um pedaço do Plano que é referente a um recurso que veio da CIES (Centro de Integração de Educação e Saúde) que precisamos da aprovação para utilizar o recurso.

4.2. Alessandra

O projeto PROEPS vem para fortalecer a educação em saúde nos municípios, o termo desse projeto foi assinado no final de 2017 e ele inicialmente fez uma análise dos números de equipes de Saúde da Família, e a partir daí que veio os recursos. Florianópolis recebeu R\$38 mil Reais, esse valor ele entrou como recurso da Secretaria Municipal em Setembro do ano passado e desde então estamos trabalhando no planejamento via ações, esse valor é utilizado exclusivamente para a educação permanente. Desde 2018 a Escola de Saúde Pública vem trabalhando com o Plano Local de Saúde com oficinas nas Unidades de Saúde e trabalha com os profissionais, daí veio a primeira demanda com temáticas para ser trabalhada. E Outra demanda foi da Atenção primária.

4.1. Sandra

O desafio é despertar no profissional de saúde a empatia. Não basta dizer “bom dia” ou “boa tarde”, tem que se colocar no lugar de quem recebe atendimento ou ver naquela pessoa alguém de quem gostamos, como um filho ou os pais. Nesse sentido, estamos desenvolvendo um workshop porque o atendimento não é só técnico. Os recursos para esse tipo de ação é, entretanto, escasso. Florianópolis é uma exceção de município que destina recursos à capacitação, mas essa proposta é uma política de Estado e, é evidente, a gente aderiu, para podermos viabilizar algumas formações. É importante destacar que este recurso é vinculado a um plano de trabalho voltado à Educação Permanente. Em Florianópolis, optamos por não contratar novos cursos, mas aperfeiçoar os já existentes.

4.3. Sandra

A gente tem um projeto como um todo e está disposição para questionamentos.

4.3. Adelio

Se pensar em fazer contato com as unidades de saúde, para conhecer as necessidades de formação na área de saúde mental?

4.4. Sandra

O contato é constante e iniciado antes mesmo do planejamento dos cursos. A Escola também tem participado, a fim de averiguarmos as necessidades de capacitação.

4.5. Evelyn Cremonese

A penúltima Conferência já tem indicações. Da mesma forma, as unidades têm planos de capacitação. Um exemplo é uma formação junto ao Hospital Albert Einstein em que alguns profissionais serão selecionados não somente para se capacitarem, como também para replicarem nas suas e nas demais unidades da rede. O público-alvo, portanto, varia conforme a natureza da demanda, e os cursos são tanto de formação profissional, quanto para replicação dessa formação.

4.6. Gerusa Machado

O Plano precisa de aprovação, certo? Mas essa aprovação precisa ser em Ata ou precisa de Resolução?

4.7. Sandra

Somente a Ata basta.

4.8. Egon Budde

Esse recurso de 38 mil é anual?

4.9. Evelyn Cremonese

O recurso é específico para este momento.

4.10. Roseane Panini

Os cursos são disponibilizados a todos que atuam em Centros de Saúde? Como os interessados devem fazer para buscar as capacitações?

4.11. Evelyn Cremonese

Não há recursos para capacitação de todos. Nesse sentido, como abordado anteriormente, serão selecionadas necessidades, unidades e trabalhadores para receber as capacitações e, em alguns casos, para atuarem como replicadores.

4.12. Karine Arruda

As ouvidorias têm sido consultadas? Uma proposta seria considerar as queixas de ouvidoria, que indicam necessidade de capacitação.

4.13. Evelyn Cremonese

O caminho optado foi outro. Para não ser uma qualificação isolada, mas que abranja, apesar dos escassos recursos, toda a rede, se buscou potenciais agentes multiplicadores dessas formações.

4.14. Gerusa Machado

Coloca em votação o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de saúde – PRO EPS-SUS, que prevê a capacitação de profissionais da Rede com recursos do Ministério da Saúde, via CIES. **O PRO EPS SUS é aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes, para execução na Rede de Atenção à Saúde de Florianópolis.**

5º Ponto de Pauta | Situação de sarampo no município

5.1. Ana Cristina Vidor

Desde o fim das férias de julho, já foram notificados mais de 100 casos suspeitos de Sarampo confirmados, dos quais 15 residentes de Florianópolis. Há muitos casos em investigação e toda a semana há novos casos. É, portanto, real o que se diz: estamos com circulação do vírus de Sarampo em Florianópolis. Isso está acontecendo porque boa parte da população não está devidamente vacinada, permitindo a circulação do vírus. Para cada caso investigado, é

necessário investigar todas as pessoas com quem ele teve contato, pois elas podem ter contraído o vírus. Para cada pessoa com suspeita, há cerca de 300 pessoas com risco de contato e, dessas, há uma média de apenas 60% de cobertura vacinal, ou seja, das pessoas em contato com sujeitos com suspeita de sarampo, cerca de 40% não têm ou não sabem se tem a situação vacinal que as imuniza e impede a circulação do vírus. Nesse momento precisamos primeiro, de uma grande conscientização: as pessoas precisam verificar sua situação vacinal e todos os Centros de Saúde precisam contribuir com isso. Há pouco tempo atrás era impensável essa situação e já foram registradas 4 mortes por sarampo no Brasil, em 2019, sendo 3 bebês. Essa é uma carga muito alta para uma doença que se previne muito facilmente com vacinação. É ainda muito importante convencer as pessoas a se vacinarem, especialmente, a população até 49 anos que pode ter a doença e, sem saber, estar contribuindo para a disseminação do vírus, pois a transmissão começa antes do aparecimento dos sintomas. E interromper o ciclo do vírus é indispensável, pois alguns dos mais vulneráveis, como gestantes, bebês até 6 meses e pessoas com imunossupressão, não podem se vacinar. Compete, portanto, aos demais assegurar a vacinação e impedir a propagação da doença e proteger os mais frágeis. Para a segunda quinzena de outubro, o Ministério da Saúde prepara uma grande campanha nacional, voltada, sobretudo, às crianças, que são os sujeitos com maior risco de complicação com o Sarampo, já que a doença pode provocar meningite, pneumonia, cegueira, surdez e outros problemas por conta desse vírus. Na segunda etapa, a campanha se voltará aos adultos jovens. Isso, no entanto, não significa que se deve esperar cada etapa da campanha, pois a vacina contra o sarampo é uma vacina disponível no calendário básico e pode ser recebida a qualquer momento e contribuir para ampliar a cobertura vacinal do Município. A situação tende a se agravar na temporada de verão e é indispensável que Florianópolis se antecipe a um eventual surto de Sarampo antes de entrarmos na temporada.

5.2. Gerusa Machado

Os postos de vacinação estão apontando sobrecarga de trabalho já agora. Nesse sentido, tem se previsto postos de vacinação avançados ou se prevê somente vacinação nas unidades de saúde?

5.3. Ana Cristina Vidor

Serão criados postos de vacinação avançados durante a campanha, mas, mesmo antes dela, já há empresas recebendo vacinação e serão disponibilizadas vacinações em espaços com grande aglomeração de pessoas também.

5.4. Carmen Mary de Souza Souto

Como será realizada a vacinação nas escolas? Há previsão deste tipo de ação?

5.5. Valinho

É incômodo não haver ninguém da Secretaria de Saúde aqui em uma discussão importante desta. Não seria o caso de uma moção de repúdio? Se o Secretário de Saúde for aos meios de comunicação, sabemos que será muito mais efetivo que as campanhas nas nossas unidades isoladamente.

5.6. Ana Cristina Vidor

É preciso parabenizar as unidades e seu protagonismo, as iniciativas devem ser todas parabenizadas e estamos sempre disponíveis a participar de reuniões nas unidades e escolas. Estamos alertando as escolas para acompanhar as cadernetas de vacinação e de exigir este documento no momento das matrículas, conforme lei estadual. Com o crescimento de casos em São Paulo, passamos, então, a alertar as escolas e chegamos a realizar uma intimação, via Vigilância Sanitária, a todas as escolas da região, públicas e privadas, especialmente porque 4 dos 15 casos registrados de sarampo são em crianças em idade escolar. A intimação obrigava as escolas à verificação da situação vacinal das crianças, com posterior emissão de termos de recusa aos pais que não apresentassem os devidos comprovantes de vacinação. O não cumprimento da intimação implica em multa às escolas, por desrespeito à lei estadual e por não cumprimento do regimento sanitário municipal. Seguimos o caminho, portanto, da orientação e agora estamos na etapa da cobrança. Quanto à ida a canais de televisão, fui cerca de 15 vezes esse ano, fora as rádios. Ou seja, estamos utilizando todos os espaços de imprensa disponíveis.

5.7. Donavan

Anteriormente foi informado que aproximadamente 60% de pessoas em Florianópolis possuem a cobertura vacinal. Gostaria de saber qual é a média nacional e qual é a média histórica de Florianópolis: está crescendo ou diminuindo essa média? Gostaria também de saber um pouco mais sobre as chamadas comunidades alternativas e o papel das notícias falsas sobre vacinas. Por fim, o deslocamento dos agentes comunitários a outras funções pode ter exercido um papel relevante nesse atual crescimento dos casos de sarampo na região?

5.8. Ana Cristina Vidor

Não sabemos a cobertura vacinal populacional. Esse dado de 60% diz respeito às pessoas com contato com sujeitos com suspeita ou confirmação de sarampo em Florianópolis. Os registros também não confirmam a residência da pessoa, apenas o local de sua vacinação. O Brasil sempre foi um modelo mundial de imunização, mas, há alguns anos, as notícias falsas e alarmistas tem feito cair de forma alarmante a vacinação, com boatos que relacionam vacinas à toxicidade do mercúrio ao mito de que a tríplice viral poderia ocasionar autismo – boato que levou uma década para ser desmentido. Dos casos confirmados, como falei anteriormente, 5 são crianças e todas são de pais negacionistas de vacinas, com filhos matriculados em escolas ligadas as movimentos, digamos, mais “naturistas”, sem cobrar caderneta de vacinação de nenhuma delas. Menos mal que o contágio ocorreu em período de férias escolares, reduzindo o potencial impacto. Hoje, felizmente, essas escolas passaram a cobrar as vacinas, entendendo que a imunização é muito maior que uma escolha pessoal, pois afeta a sociedade como um todo. E esse é um momento de acolhimento e convencimento, além das questões legais. Em momento de gravidade da saúde pública, o poder público tem responsabilidade sobre a saúde da população e essas pessoas não podem ser maltratadas, pois são vítimas de fake news e que precisam ser ajudadas e acolhidas.

1º Ponto de Pauta | Informes gerais

6.1. Donvan

A pedido do conselheiro Marcão, convida a todos para a assembleia ordinária da Ufeco, que ocorre no dia 30 de setembro na sede do SINTESP, em Florianópolis. Na ocasião ocorrem novas filiações e, na sequência, um processo eleitoral para a diretoria da entidade.

6.2. Donavan

Um segundo informe é o lançamento da primeira edição do jornal do SOESC.

6.3. Roseane, CL Campeche

Particpei, enquanto representante do Conselho Municipal de Saúde, da audiência pública sobre o projeto de emissário submarino na praia do Campeche. Na ocasião, a audiência, que contou com cerca de 500 participantes, manifestou posicionamento contrário ao projeto devido a suas inconsistências. A audiência, entretanto, não foi finalizada. Com mais de 5 horas de duração, o encontro foi suspenso e em breve será convocada a sessão de continuidade do evento.

6.4. João Henrique

Gostaria de registrar em Ata que, como representante da Diretoria de Saneamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis, o tema saneamento no Sul da Ilha, ao contrário do que tem sido dito de que não tem passado em reuniões do Conselho de Saúde, já foi sugerido por mim de ser debatido nesta Plenária, como ponto de pauta de reunião.

6.5. Gerusa Machado

Esclareço que não foi aprovada a proposta para ser realizada debate em plenária, mas, em contraproposta, foi sugerido que o Conselho trouxesse pessoas para falar sobre o tema em um outro horário. Na ocasião foi sugerido que o conselheiro Emerson, residente e representante do sul da ilha, a tarefa de organizar esta demanda. O conselheiro, entretanto, passou por procedimento cirúrgico e teve de se afastar. O Conselho, no entanto, não abandonou o debate. Tem sido discutido nos Conselhos Locais do Sul da Ilha esse tema e a proposta é o debate em uma reunião específica, à noite, com a presença de especialistas e lideranças.

6.6. Marcelo RNP

Sou membro da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (RNP) e na semana passada participei de encontro nacional da Rede, onde elaboramos a carta que apresento agora à

Plenária, diante do risco de perda dos direitos conquistados pelas pessoas que vivem com HIV/Aids. Por ser uma condição sem cura, nós precisamos de remédios disponíveis diariamente, atendimento médico regular e outras medidas indispensáveis. Essas garantias estão em risco diante do Decreto do Governo Federal que extinguiu o Departamento de DST/Aids, considerado responsável pelo melhor programa de combate ao vírus no mundo. Esta medida, somada ao desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), que caminha à sua privatização, coloca em risco muitas vidas. Ante este cenário, solicitamos à Secretaria Municipal de Saúde apoio financeiro para o deslocamento até São Paulo, local do encontro nacional da RNP. Recebemos, todavia, enfática negativa, alegando que nos tratamos de uma “entidade sem parceria contínua”, desconsiderando que não somos uma entidade, mas um movimento. Diante dessa negativa, redigimos uma carta apontando o trabalho em parceria com o município e o Estado realizado há anos na assistência, qualificação profissional e prevenção à HIV/Aids, pelo menos desde 1992. Recentemente, contudo, tem crescido os casos de HIV e reduzido as redes de prevenção e assistência, o que demanda ações de defesa das conquistas e direitos das pessoas com HIV/Aids.

6.7. Gerusa Machado

O CMS acolhe a demanda e a remeterá à Mesa Diretora do Conselho para conhecimento e providências cabíveis. A carta também será encaminhada aos conselheiros por e-mail. Nada mais havendo a tratar, informamos que a próxima Plenária será aqui também e damos a reunião por encerrada.

Glossário de Siglas e Abreviaturas

ACS	<i>Agente Comunitário de Saúde.</i>
AIDS	<i>Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.</i>
ALESC	<i>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.</i>
CAOF	<i>Comissão de Acompanhamento de Orçamento e Finanças.</i>
CAPS	<i>Centro de Atendimento Psicossocial.</i>
CASAN	<i>Companhia Catarinense de Água e Saneamento.</i>
CCZ	<i>Centro de Controle de Zoonoses.</i>
CDS	<i>Conselho Distrital de Saúde.</i>
CEO	<i>Centro de Especialidades Odontológicas.</i>
CEREST	<i>Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.</i>
CIB	<i>Comissão Intergestores Bipartite.</i>
CID	<i>Código Internacional de Doença</i>
CLS	<i>Conselho Local de Saúde.</i>
CMS	<i>Conselho Municipal de Saúde.</i>
COAP	<i>Contrato Organizativo de Ação Pública na Área da Saúde.</i>
COMCAP	<i>Companhia de Melhoramentos da Capital.</i>
CS	<i>Centro de Saúde.</i>
CT	<i>Câmara Técnica.</i>
DAS	<i>Diretoria de Atenção a Saúde</i>
DIBEA	<i>Diretoria de Bem Estar Animal.</i>
DNCI	<i>Doenças de Notificação Compulsória Imediata.</i>
DVS	<i>Diretoria Vigilância em Saúde.</i>
ESP	<i>Escola de Saúde Pública.</i>
FLORAM	<i>Fundação Municipal do Meio Ambiente.</i>
ICMBio	<i>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.</i>
INAMPS	<i>Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.</i>
INSS	<i>Instituto Nacional de Seguridade Social.</i>
IPHAN	<i>Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i>
LAMUF	<i>Laboratório de Saúde Pública.</i>
LOA	<i>Lei Orçamentária Anual.</i>
LRF	<i>Lei de Responsabilidade Fiscal.</i>
MIF	<i>Mulheres em Idade Fértil.</i>
NASFS	<i>Núcleos Ampliados de Saúde da Família.</i>
ONGs	<i>Organizações Não Governamentais.</i>
PNAB	<i>Política Nacional de Atenção Básica</i>
RECCO	<i>Rede de Comunicação dos Conselhos Locais de Saúde.</i>
RH	<i>Recursos Humanos.</i>
REMUME	<i>Relação Municipal de Medicamentos.</i>
SAMU	<i>Serviço de Atendimento Médico de Urgência e Emergência.</i>
SARGSUS	<i>Sistema de Apoio à Elaboração do Relatório de Gestão.</i>
SIOPS	<i>Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde.</i>
SISREG	<i>Sistema de Regulação.</i>
SISVISA	<i>Sistema de Controle da Vigilância Sanitária.</i>
SMS	<i>Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis.</i>
TRELLO	<i>Sistema de Monitoramento e Planejamento.</i>
UDESC	<i>Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.</i>
UDM	<i>Unidade Dispensadora de Medicamentos.</i>
UFSC	<i>Universidade Federal de Santa Catarina.</i>
UPA	<i>Unidade de Pronto Atendimento.</i>